

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8047995-52.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: HENRIQUE NOGUEIRA OLIVEIRA e outros (2) Advogado (s): HENRIQUE NOGUEIRA OLIVEIRA, JOSE ARTUR BRITO MORAIS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO PLANTÃO UNIFICADO DE 1ª GRAU Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE DELITO PELA PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E NA POSSE DE DROGAS ILÍCITAS. FLAGRANTE HOMOLOGADO E CONVERTIDO EM PRISÃO PREVENTIVA, VISANDO A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, ANTE A PERICULOSIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. ARGUMENTO DE ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE, EM RAZÃO DA NEGATIVA DE AUTORIA E DEVIDO A VIOLÊNCIA SUPOSTAMENTE EMPREGADA PELOS POLICIAIS NA HORA DA PRISÃO. SUPERADA. COM A HOMOLOGAÇÃO DO FLAGRANTE E A CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA, A ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE RESTA SUPERADA PELA CONSTITUIÇÃO DE NOVO TÍTULO PRISIONAL. ADEMAIS TANTO A TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA QUANTO A DE VIOLÊNCIA POLICIAL REQUER O APROFUNDAMENTO DE PROVAS, CABÍVEL APENAS EM SEDE DE INSTRUÇÃO CRIMINAL, PORQUANTO O HABEAS CORPUS NÃO COMPORTA A DILAÇÃO PROBATÓRIA, POR SE TRATAR DE AÇÃO CÉLERE, QUE REQUER COGNIÇÃO SUMÁRIA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DO INEXISTÊNCIA DE REQUISITOS PARA O DECRETO PREVENTIVO. NÃO CONFIGURADO. PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS. REQUISITOS CONSTANTES NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PREENCHIDOS. CUSTÓDIA CAUTELAR FUNDAMENTADA. COMPORTAMENTO DO AGENTE – PRESO PELA PRÁTICA DE HOMICÍDIO E NA POSSE DE DROGAS ILÍCITAS – QUE CORROBORA A NECESSIDADE DA MEDIDA SEGREGATÍCIA, PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO QUE SE IMPÕE. DESNECESSIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS À PRISÃO. INAPLICABILIDADE. HAVENDO A INDICAÇÃO DE FUNDAMENTOS CONCRETOS PARA JUSTIFICAR A CUSTÓDIA CAUTELAR, ANTE A PERICULOSIDADE DA CONDUTA DO AGENTE – PRESO POR SUSPEITA DE HOMICÍDIO E NA POSSE DE DROGAS ILÍCITAS –, NÃO SE REVELA CABÍVEL, POR ORA, A LIBERDADE PROVISÓRIA NEM A APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO, VISTO QUE INSUFICIENTES PARA RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS CONHECIDO, EM PARTE, E NA EXTENSÃO, ORDEM DENEGADA. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus liberatório, com pedido liminar, tombado sob o n. 8047995-52.2023.8.05.0000, impetrado pelos advogados José Artur Brito Moraes (OAB n. 54.753/BA) e Henrique Nogueira Oliveira (OAB n. 7.398/BA), em favor do Paciente GILVAN MOREIRA LIMA, contra suposto ato ilegal praticado pelo M.M Juízo do Plantão Judicial do Estado da Bahia. ACORDAM os eminentes Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Criminal 1ª Turma do Estado da Bahia, em CONHECER, EM PARTE, do Habeas Corpus e, na extensão, DENEGAR A ORDEM, nos termos do Voto Relator. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 13 de Novembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8047995-52.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: HENRIQUE NOGUEIRA OLIVEIRA e outros (2) Advogado (s): HENRIQUE NOGUEIRA OLIVEIRA, JOSE ARTUR BRITO MORAIS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO PLANTÃO UNIFICADO DE 1ª GRAU Advogado (s): RELATÓRIO Vistos, etc. A teor do Parecer Ministerial acostado ao Id. 51537065, acresceto que estou a cuidar do presente Habeas Corpus liberatório, com pedido liminar, impetrado pelos advogados José Artur Brito Moraes (OAB n. 54.753/BA) e Henrique Nogueira Oliveira (OAB n. 7.398/BA), em favor do Paciente GILVAN MOREIRA LIMA, contra suposto ato

ilegal praticado pelo M.M Juízo do Plantão Judicial do Estado da Bahia, que homologou a prisão em flagrante e a converteu em preventiva, consoante Id. 51417755. p. 13, visando a garantia da ordem pública à vista da periculosidade do ora Paciente. Os Impetrantes informam, na exordial acostada ao Id.51143467, que o paciente foi preso em flagrante delito, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal e art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Aduzem que inexistente estado de flagrância em relação ao crime de homicídio qualificado, pois o fato ora imputado ocorreu no dia 21 de setembro de 2023 e o Autuado foi preso no dia seguinte, 22 de setembro de 2023, sem qualquer artefato que pudesse incriminá-lo, tampouco houve perseguição policial contínua para que fosse configurado o ato de flagrante. Na mesma esteira, alegam a irregularidade do flagrante, porque o Paciente teria sido agredido pelos policiais no momento da prisão, maculando o ato em si, merecedora do relaxamento da prisão. Sustentam a inexistência dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva, podendo ser aplicadas ao paciente medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP. Diante do exposto, requerem o acolhimento de medida liminar e, no mérito, pela concessão da ordem, para que o paciente seja posto em liberdade. Subsidiariamente, requerem a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Colacionou documentos. Liminar indeferida. Informes judiciais aportaram aos autos. Instada a se manifestar, a d. Procuradoria de Justiça apontou no sentido de ser denegada a ordem. É o sucinto RELATÓRIO. Salvador/BA, data eletronicamente registrada. Des. Jefferson Alves de Assis – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8047995-52.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: HENRIQUE NOGUEIRA OLIVEIRA e outros (2) Advogado (s): HENRIQUE NOGUEIRA OLIVEIRA, JOSE ARTUR BRITO MORAIS IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO PLANTÃO UNIFICADO DE 1ª GRAU Advogado (s): VOTO Juízo parcial de admissibilidade Trata-se de Habeas Corpus liberatório, com pedido liminar, impetrado pelos advogados José Artur Brito Moraes (OAB n. 54.753/BA) e Henrique Nogueira Oliveira (OAB n. 7.398/BA), em favor do Paciente GILVAN MOREIRA LIMA, contra suposto ato ilegal praticado pelo M.M Juízo do Plantão Judicial do Estado da Bahia, que homologou a prisão em flagrante e a converteu em preventiva, consoante Id. 51417755. p. 13, visando a garantia da ordem pública à vista da periculosidade do ora Paciente. Infere-se dos autos que o Paciente foi encontrado, durante as diligências policiais empreendidas na cidade de Feira de Santana/BA, com o intuito de localizar o autor do homicídio da adolescente L. C. B., buscas estas que se iniciaram logo após o crime. Segundo informações, a suspeita pairava desde o início sobre a pessoa de apelido Tutuá, ora Paciente, sendo que, ao encontrá-lo, os policiais observaram que o paciente já estava ferido, mas ainda assim agarrou uma criança [filho] e tentou evadir-se do local, vindo a ser alcançado e contido pelos agentes. Com ele foram encontrados 14 (quatorze) buchas, meio tablete e 04 (quatro) porções de tamanho maior, de substância aparentando ser maconha, além de 01 (um) aparelho celular de marca LG na cor preta e uma balança de precisão pequena em seu poder. Embora a defesa técnica sustente a ilegalidade da prisão do Paciente tanto em decorrência da ausência de provas de autoria, quanto diante possível irregularidade no flagrante pelas supostas agressões físicas perpetradas pelos policiais militares contra a sua pessoa, não devem prosperar. De logo, frisa-se que a tese de ilegalidade da prisão em flagrante encontra-se superada, uma vez que o ato flagrancial foi homologado e convertida em

prisão preventiva, estando o Paciente preso por novo título prisional. No entanto, apenas por amor ao debate, a matéria afeta à negativa de autoria, sustentada pelos Impetrantes, para realização da prisão em flagrante do suspeito, não pode ser conhecida haja vista que o presente remédio heroico não comporta dilação probatória, a fim de aferir a autoria delitiva em decorrência da sua natureza de ação de cognição sumária. Na mesma seara, a alegação de irregularidade do flagrante em razão das agressões sofridas, verifica-se do compêndio processual sob exame que, de um lado, o Paciente afirmou ter sofrido agressões dos policiais no momento da prisão, por outro lado, os policiais responsáveis pelas buscas e apreensões afirmam que, ao realizarem a prisão do Paciente por suspeita de homicídio, foram detectadas várias escoriações em seu corpo, e quando indagado, teria dito que foi proveniente de briga entre facções de dias antes da prisão, surgindo contradições que não podem ser dirimidas em sede de habeas corpus. Logo, como o habeas corpus é uma ação constitucional célere, não é possível um exame mais aprofundado das teses soerguidas pela Defesa do ora Paciente – negativa de autoria e violência policial – porque demandaria adentrar numa análise mais aprofundada das provas, o que não é cabível em sede de Writ; até mesmo para não incorrer em supressão de instância, pois as matérias suscitadas são atinentes a instrução criminal. Malgrado os Impetrantes afirmem que o Paciente encontra-se sofrendo constrangimento ilegal no seu direito ambulatorial, devido à inexistência de requisitos do art. 312 do CPP, que autorizem da prisão preventiva, razão não lhes assistem. Da leitura perfunctória do decreto preventivo, é possível constatar que foram preenchidos os requisitos da medida cautelar, estando presentes o *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, de modo que a segregação do Paciente encontra-se regular. Porquanto, ambos os requisitos, diferentemente do que sustenta a Defesa, restaram sobejamente consubstanciados na decisão coatora, que evidenciou a existência de risco para ordem pública, ao dizer: "Conforme se observa nas peças informativas até então obtidas, as seguintes razões indicam a participação do (a)(s) ora representado (a)(s) no (s) crime (s): HOMICÍDIOS e TRÁFICO DE DROGAS O representado é indivíduo de mais alta periculosidade, membro de organização criminosa atuante no Tráfico de Drogas na cidade e tem a função especial de praticar os homicídios dos rivais do tráfico de sua relação. Claramente se observa de seus antecedentes criminais, por demais extensa, sempre preso e processado por PORTE DE ARMA DE USO RESTRITO, PORTE DE ARMA DE USO PERMITIDO, POSSE DE ARMA DE FOGO, o que revela que o mesmo encontra-se sempre" pronto "para a execução de seu mister ilícito que lhe cabe dentro da organização criminosa. Possui condenação por tráfico de drogas no ano de 2019, pena de 4 anos e 7 meses. Além de Roubo Qualificado em 2018. PORTAL SSP DO REPRESENTADO EM ANEXO. Representado figura como suspeito de vários homicídios em Feira de Santana – Ba, sendo o mais recente o de BRUCE WILLIAN, no mês de Abril, na Avenida Fróis da Mota, proximidades do Patio do Detran. O REPRESENTADO também, em meio a disputa pelo tráfico de drogas sofreu atentado contra sua vida recentemente, alvejado por diversos disparos de arma de fogo, situação que inclusive atingiu, de modo não fatal, seu filho de apenas 4 anos de idade. Desta feita, sua prisão cautelar representa inclusive, em tese, garantia de vida para o mesmo." Portanto, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, ante a periculosidade da conduta do agente – preso por suspeita de homicídio e na posse de drogas ilícitas –, não se revela cabível, por ora, a liberdade provisória nem a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que

insuficientes para resguardar a ordem pública. Ante o exposto, voto pelo conhecimento, em parte, do habeas corpus e, na extensão, pela denegação da ordem. Intime-se os Impetrantes e oficie-se a autoridade coatora bem como a Procuradoria de Justiça acerca do acórdão proferido pela turma recursal. Esse acórdão serve como ofício, carta de ordem e mandado. Transcorrido o prazo in albis, archive-se. Publique-se. I. C. Salvador/BA, data eletronicamente registrada. Des. Jefferson Alves de Assis – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator